



Ensino de História e História Pública: conhecimento histórico e seu papel social

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.45775>

Ronaldo Cardoso Alves

Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil. E-mail: ronaldoc_br@yahoo.com.br

<p>Palavras-chave: Cultura Histórica; Ensino de História; Pensamento Histórico; História Pública; Aprendizagem Histórica.</p>	<p>Resumo: o presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre a aprendizagem histórica e sua função pública na sociedade. Partindo da premissa de que há um embate entre diferentes culturas históricas existentes na sociedade brasileira contemporânea, o texto discute a importância que a ciência histórica e seu repertório cognitivo têm para a formação do pensamento histórico, seja no âmbito acadêmico, seja no contexto da educação básica, pois fornece instrumentos de conhecimento importantes para que professores e estudantes possam refletir, autonomamente, a respeito de sua própria História e da História da sociedade em que estão inseridos. Nesse sentido, o desafio do ensino de História é continuar provendo (e aprofundando) os meios científicos de possibilitar aos estudantes o (re)conhecimento dessas diferentes narrativas, por meio da diversidade da produção cultural apropriada como fonte histórica, com vistas à construção e desenvolvimento do pensamento histórico, bem como de sua função pública de fortalecimento da democracia, cidadania, autonomia crítica, respeito e acolhimento da alteridade, enfim, de plena humanização da sociedade.</p>
<p>Key words: Culture; Teaching History; Historical Thought; Public History; Historical Learning.</p>	<p>Teaching History and Public History: historical knowledge and its social function Abstract: This article aims to discuss the relationship between historical learning and its public function in society. Starting from the premise that there is a clash between different historical cultures existing in contemporary Brazilian society, the text discusses the importance that historical science and its cognitive repertoire have for the formation of historical thought, whether in the academic sphere or in the context of basic education, because it provides important knowledge tools so that teachers and students can reflect, autonomously, about their own history and the history of the society in which they are inserted. In this sense, the challenge of teaching history is to continue to provide (and deepen) the scientific means to enable students to (re) know these different narratives, through the diversity of appropriate cultural production as a historical source, with a view to the construction and development of historical thought, as well as of its public function of strengthening democracy, citizenship, critical autonomy, respect and acceptance of otherness, and finally, the full humanization of society.</p>
<p>Palabras clave: Cultura Histórica; Enseñanza de Historia; Pensamiento Histórico; Historia Pública; Aprendizaje Histórico.</p>	<p>Enseñanza de Historia e Historia Pública: conocimiento histórico y su papel social Resumen: el presente artículo tiene como objetivo discutir la relación entre el aprendizaje histórico y su función pública en la sociedad. A partir de la premissa de que hay un enfrentamiento entre diferentes culturas históricas existentes en la sociedad brasileña contemporánea, el texto discute la importancia que la ciencia histórica y su repertorio cognitivo tienen para la formación del pensamiento histórico, sea en el ámbito académico, sea en el contexto de la educación básica, pues proporciona instrumentos de conocimiento importantes para que profesores y estudiantes puedan reflexionar, autónomamente, acerca de su propia historia y de la historia de la sociedad en que están insertados. En este sentido, el desafío de la enseñanza de la historia es continuar proporcionando (y profundizando) los medios científicos de possibilitar a los estudiantes el (re) conocimiento de esas diferentes narrativas, a través de la diversidad de la producción cultural apropiada como fuente histórica, con miras a la construcción y desarrollo del pensamiento histórico, así como de su función pública de fortalecimiento de la democracia, ciudadanía, autonomía crítica, respeto y acogida de la alteridad, en fin, de plena humanización de la sociedad.</p>
<p>Artigo recebido em: 11/12/2018. Aprovado em: 13/12/2018</p>	

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os argumentos de `autoridade` já não valem. [...] em lugar de serem recipientes dóceis dos depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico também.

Paulo Freire

A autonomia para pesquisar e criticar o mundo, tal como preconizado por Paulo Freire na epígrafe do presente artigo, é resultado da construção do conhecimento firmada nas relações entre as pessoas que, conjuntamente, trocam experiências e se põem a pensar a este respeito, de forma a perceber como as ações humanas se constituíram ao longo do tempo, seus agentes, interesses, ideias, etc. Educador e educando, imersos no fluxo da História, se abrem a compartilhar experiências, de si mesmos e/ou dos grupos que os influenciaram historicamente, refletindo a respeito do que fizeram, do que fazem, dos desafios do cotidiano. Descubrem. Descubrem-se. Criam. Criam-se. A perspectiva de emancipação do indivíduo e de sua coletividade, resultante da Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), embora nunca tenha sido estruturalmente desenvolvida na escola brasileira, provoca, no mínimo, mal-estar àqueles contrários à educação para construção de consciência histórico-social.

Imersa em nova crise estrutural desde as manifestações de 2013, a democracia brasileira tenta, aos solavancos, subsistir após o último

período de exceção (1964-1985). Neste parco período de pouco mais de 30 anos, o país tentou enfrentar os desafios de construir experiências que apontassem para um horizonte de expectativas efetivamente democrático, em seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais com diferentes iniciativas.

Do ponto de vista político, a elaboração de uma nova Constituição (1988) demandou diferentes ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no que concerne à implementação de políticas públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, com vistas a dar conta de um país que necessitava de cidadania efetiva a todos seus habitantes.

Na economia, o processo de globalização fez o Brasil deixar de ser, ao menos na nomenclatura preconizada pelo “Mercado”, um país “subdesenvolvido”, ao assumir sua condição de nação “emergente”, simplesmente por sua população adentrar ao mercado consumidor de produtos gerados pelas grandes corporações ocidentais que se expandiam. Nesse contexto, experiências de matiz socioeconômica desenvolvidas pelos sucessivos governos, tais como o trabalho para estabilização monetária do país e a implementação de ações para diminuição da desigualdade social, como políticas compensatórias de transferência de renda, de acesso de minorias às universidades, por exemplo, visaram tornar o Brasil, enfim, um país com bem-estar social a todos seus habitantes, objetivando satisfazer a expectativa de sua população.

De igual modo, as lutas de diferentes grupos historicamente alijados da participação estrutural nas políticas públicas do país também se apresentaram numa sociedade que se abria para este mundo globalizado. Nesse sentido, pobres, mulheres, negros, nativos indígenas, dentre outros grupos, passaram a construir novos horizontes a partir da mudança de experiências que realizam.

O resumidíssimo quadro contextual pode ser compreendido como a tentativa de estabelecer alicerces de uma nova cultura histórica que a sociedade brasileira, ao menos em parte, desejou construir nas últimas décadas, com o objetivo de colocar o Brasil e sua sociedade na geopolítica global com novo papel, fortalecendo sua democracia e cidadania. A cultura histórica, portanto,

[...] abrange as práticas culturais de orientação e do agir humanos no tempo [...] [pois] situa os homens nas mudanças temporais nas quais têm de sofrer e agir, mudanças que – por sua vez – são (co)determinadas e efetivadas pelo próprio agir e sofrer humanos. A cultura histórica é capaz de orientar quando viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro. (RÜSEN, 2015, p. 217)

Ora, esse contexto histórico influenciou, também, o ensino de História, posto que um novo código disciplinar passou a ser trabalhado com vistas a modificar as estruturas mentais de uma História ensinada que perenizava a narrativa de matiz eurocêntrica como única a

nortear as gerações que se sucediam. A História heroicizada, patriarcal e embranquecida, ecoava como a única a ser reproduzida ao longo do tempo com o objetivo de constituição de uma identidade brasileira sem espaço para a presença sequer de ecos narrativos das diferentes culturas que compõem o país desde sua formação:

A fase de reconstrução do código disciplinar da história pode ser contextualizada a partir de dois acontecimentos principais. O primeiro refere-se ao movimento de saída do país do período da ditadura militar e o segundo, ao movimento de crítica aos Estudos Sociais, proposta que vigorava oficialmente na escola fundamental, desde 1971. Esse movimento contou com a participação de educadores e professores de História, sendo especialmente liderado pela Associação Nacional de Professores de História - Anpuh. Após o fim do período da ditadura militar, houve um crescimento do movimento pela chamada “volta do ensino de História” à escola básica. (SCHMIDT, 2012, p.86)

O excerto mostra que tal narrativa canônica passou a ser questionada pelos professores, pesquisadores e seus grupos, que visavam elaborar novas teorias e práticas a respeito do ensino de História nos bancos escolares da educação básica, seja com o objetivo de contribuir para que a História discutida na escola fizesse sentido para a própria vida dos estudantes e professores, seja com o intuito de possibilitar a assunção de novas narrativas históricas de diferentes grupos que compunham e compõem a sociedade brasileira.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1998, se constituíram em documento fundamental que marcou o novo

código disciplinar da História (SCHMIDT, 2012), pois objetivou a construção de um currículo que abrisse a novas possibilidades no Ensino de História, sobretudo com a inserção de temas transversais de trabalho, ainda que não tenha rompido com a periodização tradicional da História, eurocêntrica e com cronologia linear, fruto da perenidade da cultura histórica tradicional.¹

Nesse sentido, aberto estava o caminho para a construção de uma nova cultura histórica no Brasil, atinente às demandas do mundo pós-guerras mundiais, das mudanças promovidas pós final da Guerra Fria e das simbólicas quedas do Muro de Berlim e da Cortina de Ferro, com vistas à consecução dos direitos humanos, do acolhimento das narrativas de minorias historicamente oprimidas, da abertura à diversidade de pensamentos e ações numa sociedade democrática por meio da construção do conhecimento histórico com sentido para a existência. O Ensino de História tem por objetivo, portanto, contribuir para que educador e educando (re)conheçam o papel social de sua ciência de estudo para interpretar o cotidiano vivido com autonomia de pensamento e constante autorreflexão acerca de suas práticas.

Entretanto, as crises política, econômica

¹ - Passadas duas décadas, mesmo em meio a grandes discussões e diferentes versões elaboradas por diversos grupos, tal periodização e cronologia continuam a nortear a Base Nacional Comum Curricular da área de História. A BNCC tem como objetivo, dentre tantos, substituir os PCNs e, conseqüentemente, nortear toda política voltada para a Educação Básica, o que tem gerado inúmeras discussões, sobretudo na disciplina de História, o que reforça a concepção da existência de um embate entre culturas históricas, pois está em jogo a relação entre a aprendizagem histórica e a História Pública.

e ética que assolam o país nos últimos anos trouxeram consigo uma crise cultural ao relacionar os problemas supracitados às conquistas democráticas que possibilitaram maior inclusão aos grupos historicamente aliçados da plena cidadania. Tal cultura histórica em construção depreendeu-se com a cultura histórica tradicional (e conservadora) sempre presente na sociedade brasileira, a qual encontrou ressonância nas redes sociais com o contexto de crises, responsabilizando este período de espasmo de construção de uma cultura histórica que visava democratizar a sociedade pelos múltiplos problemas existentes no país atualmente. Este embate das culturas históricas tornou-se um desafio para o Ensino de História contemporâneo, pois se apresenta no espaço escolar nas narrativas de seus atores - estudantes, professores, funcionários, gestores, pais, de diferentes maneiras.

Destarte, em que medida o ensino de História pode contribuir de forma que seu papel social possa, mesmo em meio ao contexto de dificuldade contemporâneo, fortalecer a democracia na sociedade brasileira com vistas a que seus diferentes grupos sociais, políticos e culturais possam ouvir e serem ouvidos, acolher e serem acolhidos, divergir e serem respeitados em sua alteridade preservando a plena cidadania, a humanização?

Do pensar o pensamento histórico em sua relação com a sociedade

Todos os seres humanos têm de tomar decisões em sua vida. Para se haverem com os obstáculos diários necessitam, de alguma forma, da geração de possibilidades que orientem seu modo de agir. Essa ação cognitiva revela elementos de sua própria origem, de seu percurso histórico, o que são como pessoas. Portanto, as decisões de orientação tomadas pelos indivíduos apresentam ao mundo suas características identitárias, crenças, valores. Decisões que dependem da relação existente entre seus próprios interesses, ou da coletividade da qual fazem parte, com as ideias que surgirão para a resolução auspiciada. Imersos no fluxo temporal da História, todos os seres humanos para satisfazerem suas intenções constroem caminhos com significado para si (e/ou seu grupo) que os aproximam do objetivo esperado e mostram algo do que são. Em síntese: a partir do vivido geram ideias que satisfaçam interesses ou, em outras palavras, baseados em experiências geram expectativas a serem satisfeitas com novas experiências.

Para Jörn Rüsen, o pensamento histórico tem como ponto de partida a necessidade de todo ser humano em constituir caminhos para a resolução de suas demandas cotidianas. Tal necessidade gera ideias de orientação fundamentadas na interpretação de seu próprio passado e da coletividade em que está inserido. É a rememoração da experiência humana, interpretada e com sentido, que dotará o ser humano de perspectivas do agir no presente com vistas a envidar possibilidades para o

futuro, ou seja, de consciência histórica. Assim, o pensamento histórico emerge da memória, pois a “evocação do passado é uma condição necessária para fornecer à vida humana um quadro cultural de orientação que abra uma perspectiva futura enraizada na experiência desse mesmo passado” (RÜSEN, 2009, p. 185). A experiência do passado e a expectativa do futuro são, portanto, mediadas pelas carências de orientação do agir no presente. Como mobilizadora das ações intelectualmente construídas com vistas à orientação temporal, as ideias atuam como fiadoras das decisões individuais e coletivas e por seu intermédio, a via para a consecução dos interesses é pavimentada. No relacionamento entre interesses e ideias o pensamento histórico se apresenta como um discurso semântico de simbolização do tempo, pois diante dos impeditivos do agir cotidiano os seres humanos são obrigados a demonstrar sua capacidade de elaboração de critérios que doem sentido e significação à sua própria ação (RÜSEN, 2009, p.186). São as ideias que, sistematizadas por critérios de sentido, aproximam os sujeitos dos objetivos que lhes apeteçam:

[...] ideias são fundamentais para o que se considera um agir racional segundo fins. A satisfação de interesses (privados ou públicos) é um fim, para cuja consecução se estipula uma sequência argumentativa para sustentar o agir e a motivação para ele. (MARTINS, 2007, p.10)

Dentro dessa concepção, o pensamento histórico pode servir, conscientemente, a

interesses privados ou públicos; influenciar decisões de terceiros por indução, reprodução ou condução; criar pessoas com autonomia de pensamentos firmados em princípios de alteridade. Enfim, indivíduos ou instituições ao construírem e se apropriarem do pensamento histórico na sociedade, podem satisfazer suas necessidades de orientação, conscientemente, de maneira autônoma ou dependente. A partir da rememoração de experiências, ideias são reproduzidas ou originadas, concepções são assimiladas ou rejeitadas. Os próprios interesses podem ser identificados com interesses de terceiros. Em suma, a relação entre interesses e ideias é intrínseca, pois ambos intentam dotar os seres humanos da capacidade de olhar para o processo histórico e tomar posição diante dos obstáculos de todo tipo que se apresentam cotidianamente. Em outras palavras, a análise do espaço de experiências do passado, no presente, aponta para a criação e escolha de opções dentro do horizonte de expectativas², com vistas a uma espécie de antecipação do futuro ou prolongamento do próprio tempo para a satisfação das carências de orientação na vida prática:

[...] As experiências do tempo são carentes de interpretação na medida em que se contrapõem ao que o homem tenciona no agir orientado por suas próprias carências. Elas carecem de orientação porque são sofridas. O tempo é, assim, experimentado como obstáculo ao agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções. Pode-se chamar esse tempo de tempo natural. Um exemplo radical desse tempo impiedante e resistente é a morte. (RUSEN, 2001, p.60)

No excerto acima, observa-se que a passagem do tempo atua como impeditivo da satisfação das intenções dos indivíduos e, por isso, deve ser considerada quando se realiza a construção de ideias que deem conta dos interesses que se colocam diariamente na sociedade. Dentro dessa perspectiva, o pensar historicamente leva a perguntas do tipo: minhas decisões influenciarão a mim somente ou também aos que estão ao meu redor? Que implicações surgirão dessa tomada de posição? Sua repercussão será curta ou perdurará por muito tempo? A relação dialógica entre o pensamento histórico e sua função na sociedade se apresenta também na consciência de que decisões individuais podem afetar a própria História e a História do Outro:

² Para o historiador e filósofo da História Reinhart Koselleck, o espaço de experiência é o conjunto de experiências individuais e coletivas passíveis de rememoração que são transmitidas de geração em geração por diferentes meios. Tais experiências, acumuladas em diversos tempos e espaços, têm como objetivo suscitar expectativas nos sujeitos históricos de acordo com as necessidades de orientação em seu tempo. Para ele, as experiências humanas geram expectativas que podem (ou não) ser vivenciadas no processo histórico. (ALVES, 2014, p. 323-4)

[...] A teoria da história abrange, com esses interesses, os pressupostos da vida cotidiana e os fundamentos da ciência da história justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado. (RUSEN, 2001, p.30)

Compreender o presente e projetar o futuro ao recuperar o passado. A recuperação do passado é feita por todos os seres humanos, pois ao depararem-se com os desafios cotidianos, apropriam-se dele, seja para reproduzir ou rejeitar qualquer experiência, própria ou coletiva, seja como exemplo ou releitura para o novo contexto em que deseja aplicá-lo. Assim, a questão que se apresenta é: será que temos consciência de que essa recuperação do passado pode ser organizada, sistematizada racionalmente, de maneira que nosso agir no presente seja revestido do poder da crítica, da análise do tempo presente? Em outras palavras, a capacidade de recuperar o passado pode ser trabalhada, desenvolvida mesmo, por todo ser humano por meio do adquirir habilidades e competências ou é algo inato no qual todos nascem com uma espécie de intuição de orientação no tempo?

As respostas para as perguntas acima incidem na necessidade de se discutir a formação do pensamento histórico e seu papel social. É claro que é possível satisfazer as carências de orientação no tempo por meio de exemplos extraídos da memória histórica sem nenhuma consciência das operações mentais utilizadas para valer-se deste conhecimento na vida. No entanto, se se estabelecerem critérios de sentido para organizar esse passado rememorado, a capacidade de discernimento e crítica sobre as fontes utilizadas dotará de maior credibilidade as perspectivas orientadoras que visam satisfazer as carências

de orientação no tempo, as quais são explicitadas em narrativas históricas. O passado e o presente envolvem, assim, uma orientação, racionalmente elaborada, para o futuro. As ideias, portanto, compõem o pensamento histórico somente se criarem perspectivas de orientação no tempo, ou seja, um horizonte de expectativas, a partir do reconhecimento do passado enquanto doador de experiências componentes do acervo cognitivo utilizado para dar conta dos interesses que geraram essas mesmas ideias.

Dentro desse contexto, a formação do pensamento histórico passa pelo trabalho com a memória de indivíduos, grupos sociais, instituições, nações, por meio do desenvolvimento de habilidades cognitivas oriundas do labor historiográfico relacionados à ciência da História. Essa asserção não defende a concepção superficial de acreditar que cada ser humano deve se tornar uma espécie de historiador que tenha total domínio do fazer científico da História, assim como o desenvolvimento de habilidades de outras ciências dos campos das Exatas, Biológicas, ou mesmo das Humanas no ensino básico e secundário, não torna os estudantes especialistas matemáticos, químicos ou literatos, mas propicia aos alunos algumas competências e habilidades importantes para a compreensão do mundo e atuação cotidiana.

Nesse sentido, a formação do pensamento histórico no ambiente escolar é importante, por meio do desenvolvimento de

algumas habilidades e competências oriundas do trabalho historiográfico. Tal ação possibilitará ao estudante compreender que a História tem um percurso histórico de constituição teórico-metodológico para gerar conhecimento, assim como outras ciências modernas.

A compreensão de que o pensamento histórico é organizado e obedece a parâmetros de sistematização fortalece a relação que os seres humanos têm com a História, pois os leva a perceber que são participantes do processo histórico e nele constroem sua própria identidade. O ensino de História pode contribuir para essa articulação na medida em que demonstre ser possível relacionar as ideias de orientação temporal da vida prática a uma metodologia adequada que tenha como objetivo dar conta dessa demanda. Fator que aponta para a existência de estratégias cognitivas de produção e aprendizado do conhecimento histórico que relacionam o caráter científico da História ao cotidiano das pessoas.

Essa concepção revela a importância existente tanto na metodologia de investigação histórica quanto nas formas de apresentação do trabalho historiográfico à sociedade. São nesses componentes da ciência da História que se articulam os demais - interesses e ideias demandadas das carências de orientação da sociedade. Em outras palavras, metodologia e formas de apresentação têm como objetivo inicial a inserção das necessidades de orientação temporal e construção de identidade

de indivíduos e grupos num processo racional de formação do conhecimento histórico. A partir desse princípio elabora um produto histórico que, veiculado por diferentes mídias, aproximará o público escolar e a sociedade em geral da ciência da História com o objetivo de gerar repercussão de seus resultados, possibilitando, assim, diferentes usos sociais. Esta tanto pode ser apropriada por meio de uma instrumentalização utilitarista, como alerta Hobsbawm (1998, p.17):

Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo.

Como pode, por outro lado, propiciar competências cognitivas que gerem habilidades de interpretação do cotidiano histórico e, conseqüentemente, possibilidades de ações sociais conscientes:

[...] quando interesses e ideias, como precondições – oriundas da vida prática – do pensamento histórico se efetivam na experiência concreta do passado, é no processo dessa efetivação que se constitui o que entendemos como “história” como especialidade científica. É nesse processo que se aplicam os métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico. (RÜSEN, 2001, p.33)

É nesse contexto que se insere a cientificidade da História. A necessidade de mergulhar no passado com o objetivo de gerar ideias que satisfaçam interesses do agir no presente partem da prerrogativa de que o passado recuperado deve ter credibilidade, ser comprovado de alguma forma. Essa espécie de teste da memória experienciada permite que seu utente tenha a certeza de que sua opção de orientação no presente está apoiada em algo verdadeiro ou, ao menos, próximo da verdade. Assim, a História se construiu como ciência ao constituir métodos de pesquisa que determinavam como o passado poderia ser recuperado com credibilidade. Regras foram criadas de forma que diferentes versões do passado fossem testadas:

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje e que, em maior ou menor número, chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes [...] ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipótese e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. (KOSELLECK, 2006, p.305)

Observa-se que, tanto para Rüsen quanto para Koselleck, é ponto pacífico a concepção de que as categorias de análise do processo histórico como instrumentos de construção da consciência histórica derivam-se do labor historiográfico. Estas são concebidas

cientificamente como construtos interpretativos das diferentes nuances decorrentes da relação entre as temporalidades que existem quando se pensa a História de forma consciente. Em simples palavras, Koselleck acredita que todas as histórias para se fundamentarem como tal, dependem da relação, mediada racionalmente, entre as experiências vividas e as expectativas delas geradas por pessoas ou grupos. Rüsen, por sua vez, compreende que as carências de orientação (os interesses) geram perspectivas (ideias) para a satisfação dessa demanda que, interpretadas metodológica e analiticamente e apresentadas esteticamente, retornam à sociedade como possibilidades de orientação. Assim, é na cientificização da História, decorrente da racionalidade histórica, que as histórias rememoradas ou “co-memoradas” (no sentido de lembrança conjunta) se constituem como objeto do pensamento histórico, pois se relacionam às diferentes temporalidades, gerando conhecimento:

No relacionamento entre métodos e formas, dá-se uma estratégia estética de representação histórica. O conhecimento histórico é moldado. O historiador produz literatura (historiografia) e imagens (no caso de uma exposição histórica). Fazendo isso, eles recorrem a modos estabelecidos de trazer o passado de volta à vida na mente das pessoas. (RÜSEN, 2009, p.187).

Pela pesquisa pautada numa metodologia empírica, o historiador investiga fontes de qualquer natureza (escrita, material, imagética, sonora, oral) relacionadas ao contexto histórico que pretende estudar. A recuperação do passado

ocorre de forma regulada, com parâmetros que objetivam dotar a narrativa a ser construída pelo historiador de credibilidade, veracidade. Com esse conhecimento histórico constituído empiricamente e regulado de forma metódica, o historiador mergulha no passado a fim de obter respostas a perguntas de orientação do presente. Essa narrativa histórica, cientificamente concebida, chamada de historiográfica, se apresenta de diferentes formas à sociedade. Livros historiográficos, didáticos, paradidáticos, biográficos, revistas, jornais, sites, blogs, filmes, novelas, documentários...variados são os veículos nos quais se apresentam as narrativas históricas e estas constituem o acervo do qual crianças, jovens e adultos extraem ideias, perspectivas mesmo, que compõem junto à sua própria experiência no tempo, o acervo que visará a satisfação de seus interesses de orientação na vida prática, sua tomada de decisões de ordem política, socioeconômica e cultural. As formas de apresentação das narrativas historiográficas, portanto, são extremamente importantes à medida que fornecem uma linguagem, esteticamente concebida, que facilitará (ou dificultará dependendo de sua qualidade e veiculação) a recepção do conhecimento histórico, mediado racionalmente, ao público.

O relacionamento entre a constituição metodológica da História e suas formas de apresentação ao público revela a importância do caráter estético no pensamento histórico, pois é nele que o “conhecimento histórico se

torna um elemento da comunicação cultural na dimensão temporal da vida humana” (RÜSEN, 2009, p.187). Entretanto, esse potencial comunicativo só terá eficácia na promoção de interação entre História e sociedade se apresentar-se com uma estratégia retórica. Nesse sentido, o pensamento histórico ao ser comunicado atua para potencializar as perspectivas de orientação geradas pelo passado rememorado e interpretado. Assim, o conhecimento histórico, mediado intelectualmente pelas operações mentais do pensamento, proverá os seres humanos de orientação cultural.

O circuito formado por interesses (carências de orientação), ideias (perspectivas), métodos de pesquisa e formas de apresentação da narrativa tem um objetivo: dar conta da necessidade que indivíduos, grupos sociais, instituições e nações têm de elaborar respostas que satisfaçam suas carências de orientação no tempo e de construção de identidade. Em curtas palavras, a relação entre os quatro componentes da formação do pensamento histórico tem como meta um quinto: prover indivíduos e coletividades de possibilidades cognitivas de apropriação da História como fundamentação de suas opções de ação no tempo e de material reflexivo constituinte da própria identidade.

A dinâmica existente entre esses cinco pontos demonstra, objetivamente, a estrita relação existente entre a função pública da História, enquanto práticas reflexivas de ações no tempo, e a História, como disciplina

científica com teoria e metodologia próprias que objetivam criar narrativas que componham o acervo cognitivo do pensamento histórico a ser utilizado por indivíduos e grupos.

Considerações Finais

Todo ser humano encontra desafios a serem transpostos cotidianamente. Necessidades individuais e coletivas são tidas como obstáculos ao agir e, para transpô-los, é necessário refletir e interpretar. Com o fim de criar possibilidades para esse agir, a ciência da História atua como doadora da racionalidade em meio ao tempo. É por meio de uma metodologia, que considera a pesquisa empírica regulada por critérios de sentido ao investigar o passado, que decorrerão possibilidades de ação. O resultado desse trabalho é a produção de narrativas historiográficas que chegam aos indivíduos por diferentes meios. Assim, a ciência da História tem a função de gerar possibilidades de ações práticas interpretadas historicamente que darão conta dos interesses do presente, mas que, concomitantemente, gerarão novos interesses de orientação a serem transpostos. Essa dinâmica mostra a concretude do saber histórico, não só por meio de perspectivas orientadoras derivadas da rememoração do passado, como também na reflexão de um presente que se compreende com um “novo passado” que será revisitado para a satisfação dos interesses do porvir.

Dessa forma, percebe-se a função social da aprendizagem histórica na vida prática. Por um lado, os seres humanos se posicionam no cotidiano, por meio de ações histórico-culturais constituídas. De outro, o pensamento histórico proporciona meios de orientação gerados por experiências interpretadas temporalmente que, quando confrontadas com seus autores, criam identidade. Seja externa ou internamente, a aprendizagem histórica propõe aos seres humanos o embate consigo mesmo e com as culturas históricas que lhe atravessam, representada em necessidades de posicionamento, ou seja, ação e identificação na vida em sociedade. Em outras palavras, o relacionamento entre a aprendizagem histórica e sua função pública, substanciada no pensamento histórico, cria um “discurso político da memória coletiva” que “torna a representação do passado uma parte da luta pelo poder e reconhecimento” funcionando, assim, “como um meio necessário para a legitimação ou deslegitimação de todas as formas de dominação e governo” (RÜSEN, 2009, p.187).

Destarte, se no contexto histórico atual a sociedade brasileira depreende-se com o confronto narrativo das diferentes culturas históricas que lhe atravessam, o desafio do ensino de História é continuar provendo (e aprofundando) os meios científicos de possibilitar aos estudantes o (re)conhecimento dessas diferentes narrativas, por meio da diversidade da produção cultural apropriada como fonte histórica, com vistas à construção e

desenvolvimento do pensamento histórico, bem como de sua função pública de fortalecimento da democracia, cidadania, autonomia crítica, respeito e acolhimento da alteridade, enfim, de plena humanização da sociedade.

Referências

ALVES, Ronaldo Cardoso. Da Consciência Histórica (pré) (pós?) moderna: reflexões a partir do pensamento de Reinhart Koselleck. *Saeculum*. João Pessoa: UFPB, v. 30, p. 321-339, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; Revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução de Peter Naumann; Revisão de Estevão de Rezende Martins. *História da historiografia*, n. 02, março, 2009, p.163-209.

_____. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista História da Educação – RHE*. Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio/ago. 2012, p. 73-91.